

Capitalismo e subjetividades: até onde estão capturados nossos corpos?

Resenha do livro: ALVES, Giovanni (2011) *Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório*. São Paulo: Boitempo. 164 páginas.

Por *Pedro Robertt*

Instituto de Filosofia, Sociologia e Política/Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Brasil.
probertt21@gmail.com

Que novas questões sobre os processos de reestruturação produtiva do capitalismo podem ser colocadas? Não se tem escrito e falado bastante sobre as grandes transformações do capitalismo e das empresas no final do século XX e no início do século XXI? Obras sociológicas, econômicas, entre outras disciplinas, aqui e acolá, não se têm desbravado em torno das características centrais desse grande processo de transformação econômica e social? Não se tem refletido também sobre qual é o tipo de trabalhador requerido pelas novas formas de organização produtiva?

Giovanni Alves propõe-se nesta obra, publicada em 2011, mostrar que não está tudo dito sobre o processo de reestruturação produtiva do capital. Nas suas palavras trata-se de um “estudo sobre a natureza da morfologia da reestruturação produtiva do capital” (p. 7). Mas, além disso, o livro se propõe, do início ao fim, trazer uma contribuição que explique o que o autor chama de “captura da subjetividade” sob a lógica do capitalismo de nossos dias. Dois grandes objetivos o autor pretende cumprir: de um lado, apresentar o processo geral de reestruturação produtiva e, de outro, desenhar a nova subjetividade do capitalismo nos dias atuais ou nas suas palavras, “uma nova crítica da economia política” e uma “crítica da psicologia das pulsões inscritas na subjetividade humana”. (p. 7)

O segundo tema, aliás, é de principal interesse nesta resenha, pois ao falarmos de subjetividade estamos falando, ao mesmo tempo, dos *corpos* e como estes são moldados, configurados, reorganizados ou até obliterados no sistema capitalista, no início do século XXI. A perspectiva de análise de Alves situa-se dentro do marxismo. E dentro dessa corrente teórica, o autor se aproxima de autores como George Lukács, István Mészáros e Ricardo Antunes. Outros autores ingressam no seu arcabouço teórico, mas é no marxismo dos dois primeiros e na aplicação que o último faz desse quadro conceitual, para o Brasil, que Alves se sente mais a vontade. Essa leitura não é ingênua, pois é partir dela que se observa o processo de reestruturação produtiva, com conceitos que são apresentados já no início do estudo, tais como os de “socio-metabolismo da barbárie”, “cooperação complexa”, “Quarta revolução Tecnológica”, “valores-fetichismo”, “expectativas e utopias de mercado”, “inconsciente estendido” e “compressão psicocorporal” (p.7).

O texto introdutório apresenta o contexto de emergência da reestruturação produtiva. Alves destaca a existência de uma “crise estrutural do capital” que se manifestaria em quatro aspectos: caráter universal, alcance global, escala de tempo permanente e desdobramento rastejante. Com base, principalmente, nos estudos de David Harvey, o

autor propõe-se mostrar a relação entre a crise estrutural do capital, que se apresenta no início dos anos setenta do século passado e o regime de acumulação flexível. “A acumulação flexível decorre da necessidade de o capital reconstituir sua base de produção, exploração da força de trabalho e acumulação de valor nas condições de uma crise crônica de sobreacumulação” (p12). Independente dos fatos históricos concretos, o certo é que a acumulação flexível é uma resposta a um momento crítico do capitalismo. Apresenta-se um elemento que vai ser reiterado, ao longo de toda a obra, o do confronto com a rigidez do fordismo, que se expressa concretamente na flexibilização orientada para os processos de trabalho, para os mercados de trabalho, nos produtos e nos padrões de consumo.

Com base em David Harvey, o autor sustenta que a acumulação flexível é uma nova materialidade do capital na produção, associada a uma nova fase global do capitalismo. Nesse contexto, a flexibilidade, apesar de suas múltiplas dimensões, é principalmente da força de trabalho, notadamente no que diz respeito à legislação e à regulamentação social e sindical. Assim, a flexibilidade se torna a “plena capacidade” do capital de domesticar a força de trabalho, tendo então um forte componente político. Outros aspectos são ainda mencionados, tais como derrotas da classe trabalhadora nos anos 1970-1980 nos países centrais, a ascensão das políticas neoliberais a partir de 1979 e a difusão dos métodos de gestão toyotista. Nos anos 1980-1990 observa-se o desenlace de um período histórico de mundialização de capital, de acumulação flexível e de políticas neoliberais, isto é, o desemprego estrutural e a difusão do trabalho precário. O diagnóstico de Alves reitera o que outros autores, como o próprio Harvey, analisaram sobre o capitalismo mundial nas últimas décadas. O texto introdutório aborda também o que o autor chama de “sociometabolismo da barbárie”, “a acumulação por espoliação” e a “mundialização financeira”. Com o “sociometabolismo da barbárie”, aponta para aspectos que foram estudados por diversos autores, nos últimos anos, tais como o aumento do desemprego, o processo de precarização e a cultura do medo. Trata-se das “dilacerantes contradições do capital” que mostram, de um lado, produção de mercadorias e, de outro, um precário mundo do trabalho. Com a “acumulação por espoliação”, Alves, citando mais uma vez a David Harvey, mostra como esta não é uma etapa originária do capital, mas sim um elemento da dinâmica capitalista atual. Com a “mundialização financeira do capital”, o autor enfatiza, resgatando os

estudos de François Chesnais, o aspecto da mundialização do capital como sendo um processo de acumulação com predomínio da financeirização. Outros aspectos reproduzidos da análise do Chesnais são a relação entre financeirização e políticas neoliberais e uma mundialização do capital na qual os Estados Unidos diminuem seu papel hegemônico.

Se a introdução reproduz estudos consistentes das tendências do sistema capitalista mundial, nas últimas décadas, também apresenta certa metafísica do capital. Alguns conceitos que começam a ser difundidos, já na introdução, tais como “ontologia”, “ser precisamente-assim”, “controle sociometabólico do capital”, “[o capital] em seu movimento sócio-ontológico” (com origem certamente lukasiana) colocam o capitalismo quase como um sujeito a-histórico e não como um processo constituído de relações sociais. Além desses conceitos imprimir um toque metafísico ao capital não agregam, a nosso entender, elementos interpretativos às tendências registradas pelo autor. É justamente essa leitura do capital, como um sujeito que age por fora das relações sociais, que esteve no centro das críticas do historiador inglês Edward Thompson (1981) ao marxismo althusseriano.

No capítulo 1, Alves apresenta as dimensões da reestruturação produtiva do capital. Em uma interpretação engenhosa das tendências de reestruturação, o autor mostra que estas são uma forma de geração de mais-valia relativa. O autor lembra que a reestruturação produtiva do capital foi, no decorrer do século XX, marcada pelas inovações do taylorismo e do fordismo. Do mesmo modo, hoje o processo de reestruturação é marcado por um novo processo de racionalização do trabalho, o toyotismo. Nessa análise, agrega-se também o conceito de cooperação complexa, o qual decorre da “revolução das redes informacionais”, da “luta de classes” e da “hegemonia pós-fordista de cariz neoliberal”.

Para analisar o conceito de “cooperação complexa”, o autor vai se basear no estudo de Jean Lojkin. Argumenta-se que, como resultado da revolução informacional e da formação da empresa-rede, o controle capitalista não se reduz agora ao local de trabalho, nem à fábrica ou mesmo à cadeia produtiva. Desse modo, a reestruturação produtiva integra numa escala maior inovações tecnológicas, organizacionais e sociometabólicas (isso leva a afirmar que a produção se constitui em termos de totalidade social). São essas inovações que são tratadas nos capítulos 2, 3 e 4 da obra. Novos concei-

tos do legado luckasiano são utilizados por Alves, tais como denominar a cooperação complexa como uma nova etapa do processo "civilizatório-genérico" ou dela como tendo um aspecto "ontometodológico". Como afirmamos antes, esses conceitos sobrevoam os achados encontrados e não acrescentam maior poder explicativo. Aliás, como diria Bourdieu (na crítica de Marx a Hegel) não conseguem distinguir entre "as coisas da lógica e a lógica das coisas" (Bourdieu, 2001).

O capítulo 2 trata do "espírito do toyotismo". Para ilustrar as inovações organizacionais predominantes nos processos de reestruturação produtiva do capital, Alves vai privilegiar a análise do toyotismo. No processo de acumulação flexível do capital, o toyotismo é apresentado como o formato mais exitoso (o autor na verdade nem menciona outras formas alternativas como o volvismo ou a produção flexível derivada da experiência da chamada "Terceira Itália"). Evidentemente tais inovações estão relacionadas com as mudanças tecnológicas e "sociometabólicas", mas analiticamente são separáveis. Por isso, afirma-se que o toyotismo é uma "ideologia orgânica" da reestruturação produtiva. Com base nos estudos de Taiichi Ohno e nas pesquisas sobre o toyotismo de Benjamin Coriat, um dos seus principais especialistas, mostra-se o "espírito do toyotismo".

Resgata-se aqui como para Ohno o importante é que o trabalhador "lembra com o corpo", o que supõe uma forte "implicação subjetiva" dele no processo produtivo. Ao citar Coriat, o autor vai chamar atenção para o fato de que o toyotismo é uma inovação organizacional semelhante às que foram introduzidas por Taylor e Ford. São destacados neste sistema: a produção difusa (que pode ser sintetizada na ideia de externalização); a produção fluída (gestão informatizada dos fluxos produtivos); as equipes polivalentes; o abandono dos postos fixos e especializados; e, notadamente, o "envolvimento pró-ativo" do trabalhador (o que o autor entenderá como "captura da subjetividade").

Fluidez e flexibilidade implicam uma força de trabalho caracterizada pela polivalência e trabalhando em equipes. Entretanto a flexibilidade, também é de contratação salarial pelo qual toyotismo significa, em boa medida, heterogeneização da classe trabalhadora e precarização do mundo do trabalho. A seguir, o autor dedica várias seções a tratar de aspectos conhecidos do sistema japonês tais como o *Just-in-time*, o *kanban* e a "autonomação", a gênese histórica do toyotismo, a comparação com o

modelo fordista-taylorista e o que define como "racionalidade cínica" do toyotismo.

Ao tratar da gênese histórica do toyotismo, o autor vai defender a ideia de universalidade do toyotismo, nos anos 1980 e 1990. A partir da crise estrutural do capital este adquire, para o autor, uma dimensão de categoria universal. As razões para isso estariam na sua origem vinculada a mercados restritos no capitalismo japonês dos anos 1950. Desde sua origem, então, o toyotismo é um sistema adaptável a momentos críticos do capitalismo. Além disso, é adequado a uma nova base técnica do capitalismo. As tecnologias com base na microeletrônica exigiriam uma maior disposição subjetiva dos trabalhadores. Apesar desse caráter universal, segundo o autor, existiriam adaptações nacionais, regionais e setoriais. Neste ponto nos perguntamos até onde a análise proposta está baseada em raciocínios teóricos e em até onde se apoia empiricamente, já que variados estudos têm mostrado as combinações produtivas entre diversos modelos de gestão e organização do trabalho. A tese, defendida pelo autor, de passagem no Brasil, de um "toyotismo restrito" a um "toyotismo sistêmico" desde a década de 1990, também deixa sérias dúvidas quando se observam os estudos concretos. Por exemplo, muitas vezes tem se encontrado um componente fortemente autoritário (pré-taylorista) dos modelos de gestão das empresas brasileiras que contrasta com a difusão de formatos mais participativos.

Mais adequada parece ser a relação que o autor estabelece entre fordismo-taylorismo e toyotismo, no sentido de poder ser estabelecida uma continuidade/descontinuidade. Ambos visam uma lógica de racionalização do trabalho (que implicam, por exemplo, maior intensificação do trabalho), mas no referente ao controle subjetivo o toyotismo seria um "taylorismo às avessas". Isto é, enquanto o taylorismo desprezava a dimensão subjetiva do trabalhador o toyotismo a integra no processo produtivo. Um novo "nexo psicofísico" (a referência aqui é Gramsci) é criado com o toyotismo caracterizado pelo envolvimento do "trabalho vivo".

No toyotismo a mecanização atinge "mente e corpo". Disso se trata, para o autor, quando fala em "captura da subjetividade". Não é a recomposição do velho trabalhador qualificado (pré-taylorista), mas sim um "simulacro". Inteligência, criatividade, iniciativa solicitados ao trabalhador, sob o toyotismo, ocorrem dentro da racionalidade instrumental do capital. O taylorismo, seguindo a

Gramsci, fora de sua obsessão pelos gestos repetitivos deixava espaço para o trabalhador pensar e até para desenvolver pensamentos inconformistas. O toyotismo, pelo contrário, avança sobre esse espaço incentivando habilidades cognitivas e comportamentais pró-ativas. A racionalidade cínica consiste na harmonia proclamada, por exemplo, com a extensão da noção de colaboração e a constituição de uma empresa enxuta. O trabalhador é parte da empresa toyotista e pode ser dispensado por esta, quando ela bem entender. Essa ambivalência define o cinismo toyotista. Se este parece ser um acerto da análise de Alves, quando observa a difusão mundial do toyotismo detecta também que as contrapartidas originárias do modelo japonês, tais como emprego vitalício e salário por antiguidade, tendem a ser precarizadas. É a debilitação estrutural do mundo do trabalho, a qual o autor trata “chamativamente” como luta de classes.

O capítulo 3 é dedicado ao que o autor denomina a “Quarta Revolução tecnológica”, a revolução das redes informacionais. As chamadas TICs (Tecnologias de informação e Comunicação) aplicadas à atividade industrial bem como à gestão, às finanças e aos serviços possibilitam, hoje, a integração da economia capitalista. As TICs contribuíram para o desenvolvimento de novas estratégias empresariais e para a mundialização do capital em sua fase flexível. Diz Alves, são as “armas da ofensiva do capital na produção” (p. 70). Se por um lado, a automação com base na microeletrônica mudou radicalmente toda a economia, de outro, a mudança tecnológica nas comunicações intensificou o papel da informação num nível global.

Mas, para o autor, a mudança não significou apenas novas máquinas de produção, mas também máquinas de reprodução social. É neste aspecto que elas acabam afetando o consumo e a “manipulação social”. Constitui-se, então, para o autor, o cyberspaço como uma “rede interativa ou controlativa de produção e reprodução social” (p. 71). A informação passa a ser um dos principais fatores da produção de mercadorias. A partir disso é anunciado o tratamento das possibilidades contraditórias das tecnologias informacionais, a “gestão pelas competências associadas a elas”, a economia mundial oligopólica e as empresas-rede, e o caso da indústria automobilística brasileira.

Ao analisar as possibilidades tecnológicas colocadas, Alves chama atenção para a produção de subjetividade, isto é o processo produtivo tem como condição habilidades subjetivas e cognitivas. É um

espaço virtual de propriedade do capital. Se esperávamos contradição (como se anuncia) não vamos a encontrar nesta análise, pois para Alves as máquinas informacionais só permitem práticas “interativas” e “controlativas”. Uma vez mais, o autor chega à tese da captura da subjetividade: “a rede informacional do capital é intrinsecamente rede controlativa a partir da qual se constitui a ‘captura’ da subjetividade do trabalho” (p. 75).

Alves aborda, também, um tema recorrente nos estudos sobre o trabalho das últimas décadas: a gestão por competências. Nesta análise, este modelo é visto como uma ideologia que exige *savoir-faire*, talentos, criatividade e autonomia. A partir dele, diz o autor, se disseminam outros conceitos como os de flexibilidade, polivalência e empregabilidade, abrangendo a pedagogia escolar e empresarial. A gestão por competências representa, então, um processo de aculturação da força de trabalho.

Ao analisar a relação entre as novas tecnologias, uma economia mundial oligopólica e as empresas rede, Alves enfatiza que a crise estrutural do capital tem implicado que grandes grupos capitalistas tem se apropriado da rede informacional. Processos de concentração e de fusões-aquisições têm crescido em ritmo vertiginoso apoiadas nas novas condições tecnológicas. A informação “é uma das ‘variáveis-chave’ no tamanho e configuração da grande companhia internacionalizada” (p. 78). As empresas-rede por sua vez através das redes informacionais favorecem a ação do capital. O caso da indústria automobilística brasileira serve a Alves como um exemplo das transformações estudadas, principalmente no que tange ao que autor chama “toyotismo sistêmico”. Contudo, achamos problemático tomar como exemplo, justamente, o setor automobilístico para ilustrar o teor das mudanças. Na verdade, o autor está considerando um setor caracterizado pela difusão mais radical das transformações produtivas. Será esse setor representativo das mudanças no conjunto dos setores produtivos e de serviços da economia brasileira? Acreditamos que não, o que significa um elemento questionador de até onde o toyotismo é um elemento sistêmico da configuração do trabalho no Brasil.

O capítulo 4 concentra-se naquilo que o autor chama as inovações metabólicas, as quais incluem “valores-fetiche, expectativas e utopias de mercado”. Estes por sua vez são o “ambiente psicossocial” da tão proclamada “captura” da subjetividade. Tais inovações que apontam a um novo

tipo de trabalhador se propagam de formas diversas, para além da fábrica: treinamento em empresas, políticas de governo, currículos escolares, indústria cultural, igrejas, etc. (p. 90). Elas alcançam tanto a produção quanto a reprodução social e se expressam em noções, vocabulários e conceitos. "É por meio deles [os valores-fetichê] que as individualidades de classe, imersas na pseudoconcreticidade da vida cotidiana, operam seus consentimentos espúrios no local de trabalho ou na vida social" (p. 91), ou os "valores-fetichê permeiam a linguagem social". São em suma, "elementos cruciais na operação da 'captura' da subjetividade" (p. 91).

A nosso entender, não se deve desprezar o peso de noções que originárias do mundo produtivo se disseminam pelo tecido social e cumprem um papel fortemente "ideológico", no sentido clássico do término. Porém, parece que nesta análise da "captura" da subjetividade o espaço de autonomia dos indivíduos é inexistente e estes só podem viver em um mundo dominado pelo prefixo "pseudo", isto é, na falsidade ou no erro. Assim "senso comum de mercado", "simulacro da personalidade", "pseudoconcreticidade da vida cotidiana", "consentimentos espúrios", "mentalidade pró-ativa" são elementos que se somam para mostrar a total submissão dos indivíduos à denominada "inovação" metabólica.

Alves enfatiza que não se deve atenuar a força discursiva de conceitos originários do mundo da produção. Atitudes pró-ativas não ficam, por exemplo, restritas ao processo produtivo. Hoje se difundem, fora dessa esfera, conceitos associados aos de pró-ativismo, como os de empreendedorismo e empregabilidade. Junto com isso, com base na crítica de livros de autoajuda, O autor mostra como se propaga uma cultura do medo que tem como base a precarização do trabalho. Doenças no novo capitalismo, como o estresse e a depressão estão também associadas a este mundo de precarização e medo.

A hegemonia do toyotismo, para Alves, apresenta-se a partir de valores-fetichê que se disseminam fora da fábrica, através dos meios de comunicação. Um exemplo disso é como a autoativação, componente central desse modelo produtivo, se "transfigura no empreendedorismo e na empregabilidade" (p. 104). A responsabilidade é do indivíduo tanto dentro como fora da empresa, para além de crises estruturais. Dentro da empresa, colaborador, fora dela, autoempreendedor.

As inovações sociometabólicas também expressam para o autor renovação geracional. Trocar

velhos por novos trabalhadores tem o sentido, diz o autor, de quebrar o protagonismo do trabalho, antes mesmo que reduzir salários. Há nesse argumento a tentativa de mostrar que processos dessa índole não são apenas econômicos, mas que expressam confrontos de classe. Porém, também registra-se aqui um elemento a mais que contribui para a "captura" da subjetividade. Experiências passadas, memórias de lutas, resistências várias se perdem com a renovação geracional. A captura da subjetividade é, para Alves, um "novo modo de controle social do capital". (p. 109)

O capítulo 5 trata especificamente da "captura" da subjetividade, uma das teses centrais que atravessa todo o livro. Assim, o processo de reestruturação produtiva vem acompanhado "de uma captura da subjetividade pela lógica do capital" (p. 111). Acrescente-se que a "organização toyotista do trabalho possui uma densidade manipulatória de maior envergadura" (p. 111). A captura inclui o "saber-fazer" dos trabalhadores, mas também sua "disposição intelectual-afetiva". O trabalhador é agora pressionado para "pensar". Essa é a grande diferença com o taylorismo e com o fordismo. Trabalho em rede, equipes de trabalho são indissociáveis das habilidades solicitadas ao trabalhador em termos de pensamento, conhecimento, afetividade e comunicação. A "captura" para Alves é o "nexo essencial que garante o modo de organização toyotista do trabalho capitalista" (p. 113). Neste capítulo, talvez para atenuar o caráter onipresente da "captura", Alves argumenta que esta não se desenvolve sem resistências e lutas cotidianas. Contudo, uma página dedicada (p. 114) em toda a obra a mencionar resistências cotidianas parece muito pouco para quem escreve desde uma perspectiva, supostamente, da luta de classes. Uma leitura mais centrada nos processos reais poderia notar como fez Bernardo (2001) que alguns trabalhadores (particularmente de empresas terceirizadas no estudo de uma empresa estudada pela autora) não incorporam sem crítica as ideais transmitidas, enquanto outros (trabalhadores centrais da empresa) reproduzem os discursos gerenciais.

Segundo Alves, o toyotismo é uma administração *by stress*, uma vez que busca unir inteligência, iniciativa, fantasia e a relação capital-trabalho com o que esta tem de "trabalho estranhado" e de controle social. Mais que isso, para pensar os corpos no capitalismo de nossos dias, precisa se pensar em como a denominada "captura" atinge a dimensão física e a psíquica do trabalhador (daí as consequências psicossomáticas).

Alves retoma a análise de Coriat, para quem o toyotismo é uma “administração com os olhos”. Este modelo não rompe então com a lógica de controle e racionalização do trabalho anterior. Adrega-se, aliás, que se trata também de uma administração panóptica na qual o inspetor não é externo, está introjetado nos próprios trabalhadores, que são agora “patrões” de se mesmos e de seus colegas, por exemplo, no trabalho em equipe.

Mais que no fordismo, o toyotismo precisa de um novo tipo de homem com determinados gestos e pensamentos. A sexualidade e a vida privada dos trabalhadores eram um modo de disciplinamento para Ford. No toyotismo o que se coloca não é uma cultura da disciplina é o pro-ativismo comportamental com seus componentes de inteligência, fantasia e iniciativa do trabalho. A captura da subjetividade é “mais envolvente e mais manipulatória” argumenta Alves (p. 117). Nesse contexto, a ideia de “captura” da “subjetividade” implica produção e reprodução e expropriação/apropriação da riqueza da subjetividade humana.

Volta aparecer ao tratar especificamente da chamada “captura” da subjetividade a dimensão metafísica da análise de Alves. Crise estrutural, manipulação no consumo e no trabalho são obstáculos, diz o autor, para o “o desenvolvimento do ser genérico do homem” (p. 119), “impedindo que se possa despertar no homem necessidades reais do desenvolvimento da personalidade” (p. 120). Onde se encontra esse ser genérico do homem? Quem determina quais são as necessidades reais. Esse é a debilidade de uma perspectiva que se chama marxista, mas que se esquece de um dos fundamentos centrais dessa teoria, a historicidade.

O capítulo 5 é encerrado com as chamadas “mediações” que contribuem para a “captura” da subjetividade. Novas formas de pagamento e o trabalho em equipe sedimentam novas formas de consentimento, de um lado; e precarização do trabalho (plano sociometabólico diz o autor) e contexto de alto desemprego contribuem para o controle do operário e para o aumento da produtividade.

O apêndice do livro talvez seja a proposta mais audaciosa de Alves, mas junto com isso é aquela na qual as deficiências teóricas se agudizam. O autor aventura-se não apenas nas dimensões mais abrangentes da análise macrossocial, mas também nas dimensões psíquicas. Aqui o terreno fica mais escorregadio. Alves procura fazer a ponte entre os grandes processos e a dimensão mais individual. A questão colocada, neste capítulo, é como pensar-

mos a relação entre as transformações gerais do capitalismo e os indivíduos e seus corpos. O autor se aventura em tecer hipóteses entre o que ele chama uma “lógica manipulatória” e o psiquismo humano, sempre sob a tese da captura da subjetividade.

Depois de reduzir a psicanálise a uma “ciência da subjetividade burguesa”, o autor procura adaptar as categorias freudianas a uma análise mais geral que leve em conta tanto a dinâmica histórica quanto a do capital. Ao tratar das categorias freudianas de consciente, pré-consciente e inconsciente postula que a captura da subjetividade atinge todas essas instâncias da psique humana. O toyotismo se utiliza de estratégias de subjetivação que implicam “a manipulação incisiva da mente e do corpo por conteúdos ocultos e semiocultos das instâncias intrapsíquicas” (p. 129). Não nos deteremos nesta resenha nos desdobramentos deste argumento, até porque o autor o coloca em termos hipotéticos. Contudo, a lógica do capital leva ao extremo, nessa análise a dimensão totalizadora do capitalismo. Para Alves até as dimensões mais ocultas da psique humana são invadidas e manipuladas pela lógica do capital sob a organização toyotista. A noção de “inconsciente estendido” colocada pelo autor como ocorrendo nas “condições do capitalismo global” mostra a totalização da esfera psíquica pela lógica do capital, como negação da práxis e da ação racional. Ainda o autor vê no pré-consciente (instância psíquica aberta ao futuro, não fechada ao modo do inconsciente) possibilidades de romper o fechamento. Porém, “a ordem sociometabólica do capital tende a incorporar também a pré-consciência”. Dito de outro modo, a ordem (metafísica) do capital tomou conta de toda a estrutura psíquica do homem, mente e corpo.

A hipótese da compressão psicocorporal que se instala com o toyotismo é plausível se se pensa ela em termos dos estudos empíricos do trabalho. Ela supõe uma “nova articulação corporeamente [diferente da separação criada pelo taylorismo e pelo fordismo], tanto no processo de trabalho quanto no processo sociorreprodutivo” (p. 146) e o fato de que “sob a produção toyotista mente e corpo são mobilizados para se integrarem à produção do valor”. (ibidem). Ela nos permite pensar quais são os corpos que se pretende formar em um sistema econômico que incorpora, em boa medida, as dimensões toyotista na organização do trabalho e fora dela.

O livro de Alves mostra as tendências da reestruturação produtiva do capital e do mundo do trabalho nas últimas décadas. A recopilación bibliográfica (Harvey, Chesnias, Lojkine, entre outros) na qual o autor se apoia permite, no nosso entendimento, mostrar de forma sistemática quais são as mudanças principais que têm acontecido no capitalismo contemporâneo. Chamativamente, muitas dessas tendências também têm sido registradas pela sociologia do trabalho brasileira, a qual Alves destaca como "impressionismo sociológico" em várias

partes do texto. Talvez porque essa área específica da sociologia tem se concentrado nos dados empíricos, sem assumir o traço que temos denominado "metafísica do capital" da obra resenhada. É essa metafísica do capital que leva a Alves a postular uma "captura da subjetividade", que apesar de alguns lampejos de resistência, toma conta totalmente das mentes e dos corpos dos trabalhadores e da sociedade em geral. Aqui radica a maior insuficiência da proposta de Alves, como pensar as resistências dos corpos para além da dinâmica capitalista.

Bibliografía

BERNARDO, M (2001) *Riscos na usina química: os acidentes e a contaminação nas representações dos trabalhadores*. Tesis de Maestría. USP. São Paulo.

BOURDIEU, P (2001) *As estruturas sociais da economia*. Lisboa: Instituto Piaget.

THOMPSON, E (1981) *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

Citado.

ROBERTT, Pedro (2012) "Capitalismo e subjetividades: até onde estão capturados nossos corpos?" en: *Revista Latinoamericana de Estudios sobre Cuerpos, Emociones y Sociedad - RELACES*. Nº10. Año 4. Diciembre 2012-marzo de 2013. Córdoba. ISSN: 1852.8759. pp. 118-124. Disponible en: <http://www.relaces.com.ar/index.php/relaces/article/view/218>

Plazos.

Recibido: 11/10/2012. Aceptado: 24/11/2012.